

Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras*

Maria Carolina Tomás**
Ana Maria Hermeto C. de Oliveira***
Eduardo Luiz G. Rios-Neto****

*O trabalho analisa o adiamento do ingresso no mercado de trabalho entre jovens, através de duas técnicas demográficas: o método *singulate mean age*; e tabelas de sobrevivência. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), considerando-se as seis regiões metropolitanas estudadas (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife) conjuntamente. Os períodos analisados foram 1983 e 2001. Ao final, constatou-se um adiamento maior entre os homens, o que os aproxima do padrão de transição feminino, embora eles continuem entrando mais cedo no mercado de trabalho. Ademais, está ocorrendo uma alteração no padrão etário de inserção, já que houve diminuição no contingente de jovens entrando no mercado de trabalho até os 17 anos.*

Palavras-chave: Juventude. Mercado de trabalho. Primeiro emprego.

Introdução

O ingresso dos jovens no mercado de trabalho tem se modificado ao longo do tempo e uma das características mais discutidas é seu adiamento. Este artigo tem como objetivo analisar esse fenômeno, através de duas técnicas demográficas: o método *singulate mean age*, desenvolvido no âmbito dos estudos de fecundidade e nupcialidade; e tabelas de sobrevivência, elaboradas para análise de mortalidade. Ressalta-se que as técnicas apresentam certa interface, já que ambas pressupõem a construção de uma coorte hipotética.

São, portanto, duas principais contribuições deste trabalho: a adaptação de técnicas referentes ao estudo de nupcialidade/fecundidade e mortalidade para o mercado de trabalho; e a apresentação de importantes resultados, que auxiliam a fundamentação de políticas públicas e o debate da transição dos jovens para o mercado de trabalho e sua passagem para a vida adulta.

O adiamento da entrada no mercado de trabalho está fortemente associado ao fenômeno do prolongamento da juventude, uma vez que a transição para o trabalho parece ser uma etapa importante para uma

* Este artigo é parte da dissertação de mestrado de Maria Carolina Tomás, intitulada: O ingresso do jovem no mercado de trabalho: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas.

** Mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG e Doutoranda em Sociologia e Demografia na University of California, Berkeley.

*** Professora do Departamento de Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG.

**** Professor do Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG.

passagem bem-sucedida para a vida adulta, por viabilizar outras dimensões, como a saída do domicílio e a formação de uma nova família.

Guimarães (2006) afirma que esse “dever” de se inserir no mercado de trabalho é uma construção social e recente, dado que foi somente no século XIX que a idéia de transitar de um estado para outro passou a ter um sentido social. Antes disso, os filhos de camponeses, operários e artesãos estavam regularmente ocupados em diferentes ambientes produtivos. Apenas no século XX, após a universalização da escolarização obrigatória, é que houve espaço para se conceituar a atividade ocupacional regular, tornando socialmente possível se pensar em uma transição da escola para o trabalho (DUBAR apud GUIMARÃES, 2006).

No Brasil, a saída da inatividade pelo jovem entre 15 e 24 anos passou por diferentes ciclos nas últimas décadas. Segundo Pochmann (2000), houve três movimentos distintos entre atividade e inatividade dos jovens de 15 a 24 anos, ao longo do século XX. O primeiro foi de constante crescimento da atividade, durante a década de 30; o segundo representa o período de 1930 a 1970, quando houve uma reversão da situação, com aumento da inatividade, resultado de uma maior dedicação dos jovens aos estudos. Neste momento, a taxa de inatividade cresceu 18,5%, enquanto a de atividade diminuiu 19,01%. Ressalta-se que a não transição pode ter um significado positivo na vida dos jovens, uma vez que eles podem estar inseridos em atividades escolares sem trabalhar. Mas não devem ser desconsideradas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

A partir da década de 70, uma nova ruptura ocorreu, resultando em mudanças significativas na transição da inatividade para a inserção no mercado de trabalho. Nota-se uma expressiva redução (32%) na taxa de inatividade, entre 1980 e 1998.

Como salienta Pochmann (2000),

ao contrário da experiência internacional, nas duas últimas décadas do século 20, o Brasil retrocedeu no uso do tempo livre destinado ao jovem. Guardada a devida proporção, o país tem repetido a experiência das primeiras décadas deste século, quando era maior a presença do jovem no mercado de trabalho.¹

Entretanto, a inatividade pode esconder uma outra face das atividades juvenis, como, por exemplo, a realização de tarefas domésticas, ou mesmo de atividades voluntárias ou trabalho temporário. De acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003, no Brasil, 6,1% dos jovens entre 10 e 24 anos realizavam apenas tarefas domésticas, 8,2% trabalhavam e também auxiliavam nas atividades do lar, 9,4% trabalhavam, estudavam e também cuidavam dos afazeres domésticos e apenas 3,3% não realizavam nenhuma das três atividades. Ressalta-se que as mulheres apresentam maior probabilidade de estarem nestes grupos do que os homens, o que indica uma divisão sexual do trabalho entre os filhos (TOMÁS, 2006). Ao mesmo tempo, é entre as mulheres que se encontram as maiores taxas de inatividade.

Assim, a transição para o mercado de trabalho apresenta padrões distintos entre homens e mulheres, o que pode ser reflexo da própria preparação para este período da vida. As trajetórias dos homens e mulheres para se prepararem para a transição, tradicionalmente, são bastante diferentes. A socialização dos jovens inicia-se na família e normalmente é estruturada com base em normas e valores dos membros adultos da família e são, historicamente, definidos por uma divisão sexual do trabalho. Camarano et al. (2006) ressaltam que, além das variáveis consideradas no caso masculino, a inserção no mercado de trabalho entre as mulheres é afetada também pela nupcialidade e fecundidade. Entretanto, diversas mudanças têm ocorrido no processo de

¹ Em economias desenvolvidas, a taxa de inatividade cresceu 19,7% de 1980 a 1997, acompanhada de uma elevação da escolaridade.

inserção das mulheres no mercado de trabalho, observando-se uma convergência em direção à situação masculina.

As mudanças que atraem as mulheres para o mercado são trazidas tanto pelas oportunidades quanto pela motivação da nova geração em ser diferente de suas mães. De um lado, há o crescimento da remuneração das pessoas com o nível médio e, de outro, o aumento da importância do poder econômico feminino, que pode mudar papéis tradicionais após o casamento e a maternidade (diminuir desigualdades intradomiciliares). Atualmente, para grande parte das mulheres, uma transição bem-sucedida deve incluir o recebimento de rendimentos (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2005).

Ressalta-se que os períodos analisados neste artigo compreendem um momento de diversas mudanças econômicas que refletiram no mercado de trabalho. A partir da década de 80 e mais fortemente em 1990, o mercado de trabalho passou por um processo de desestruturação, marcado por desassalariamento, queda dos rendimentos, geração de postos de trabalho precários, menores possibilidades de mobilidade social, concentração de renda e elevadas taxas de desemprego (FJP, 2003; DIEESE, 2001; MONTALI, 1998; SINGER, 1998). Este processo levou, portanto, a um aumento da informalidade, principalmente entre os jovens que tradicionalmente já se inserem de forma mais precária no mercado de trabalho (MONTALI, 1998).

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira é essa breve introdução, a segunda apresenta a fonte de dados e os métodos utilizados. A terceira seção trata do fenômeno do adiamento da entrada no mercado de trabalho através do cálculo da idade média da primeira ocupação. Já a quarta parte aborda o adiamento via a construção de tabelas de sobrevivência e a análise de seus indicadores sintéticos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

Fonte de dados e questões metodológicas

A fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE, que con-

siste em um levantamento mensal com o objetivo de se produzirem indicadores sobre a força de trabalho, permitindo avaliar as flutuações e suas tendências a médio e longo prazos. Sua cobertura compreende a área urbana de seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Neste trabalho, as análises foram realizadas levando-se em conta as seis regiões metropolitanas conjuntamente.

A PME viabiliza o cálculo da idade média através do método *singulate mean*, dada a possibilidade de se identificarem as pessoas que nunca trabalharam.

Na segunda parte da análise utilizou-se um outro recurso da PME. A pesquisa tem uma estrutura de painéis rotativos, em que uma amostra de domicílios é pesquisada durante quatro meses, sendo retirada nos oito meses subsequentes e retornando à amostra, pela última vez, nos quatro meses seguintes. Em consequência dessa rotação, ao final do 1º ano, isto é, no 13º mês, a amostra é composta pelos domicílios investigados no 1º mês. Portanto, cada domicílio na amostra é entrevistado quatro pares de vezes com as entrevistas em cada par distanciando-se exatamente um ano uma da outra.

Essa forma de coleta de dados permite a aplicação de técnicas de análise de dados longitudinais, bem como a observação de situações em que há necessidade de se acompanhar o indivíduo, como a passagem da condição de inatividade para a de atividade, objeto desse trabalho. Dessa maneira, para a estimação das taxas específicas de transição para construção das tabelas de sobrevivência, foram analisadas a situação no período anterior e a permanência ou mudança de *status* no período seguinte. Dessa forma, a transição foi observada a partir da pergunta se o entrevistado nunca trabalhou (no primeiro período) em contraposição ao que o jovem estava realizando no ano seguinte. As transições analisadas foram entre 1982/1983 e 2000/2001.

Por fim, destaca-se que ambos os métodos foram aplicados apenas para os indivíduos que se declararam filhos na família. Este recorte deve-se ao fato de que são eles, em sua maioria, que realizam a primeira transição para o mercado de trabalho.

Análise do adiamento do ingresso na força produtiva via idade da primeira ocupação

Aplicação do singulate mean age para o mercado de trabalho

O método *singulate mean age*, apresentado por Hajnal (1953), foi inicialmente desenvolvido para o cálculo da idade média do primeiro casamento. Mais recentemente, Wachter (2006) realizou uma reformulação de sua aplicação.

É possível aplicar essa técnica para o cálculo da idade média do primeiro emprego, dada a existência de características similares entre estes dois eventos: casamento e entrada no mercado de trabalho.

Da mesma maneira que o casamento, o trabalho, muitas vezes, não é bem definido: o trabalho informal deve ser considerado? E a ajuda a familiares? Quantas horas devem ser consideradas? Além disso, não é um evento único, mas sim sucessivo, pois um indivíduo pode entrar e sair do mercado de trabalho diversas vezes ao longo da vida. Um evento, portanto, que facilita o seu entendimento e sua manipulação é o primeiro emprego, que, da mesma forma que o primeiro casamento, é raro encontrar dados disponíveis.

Quanto aos pressupostos do método pode-se dizer que: 1) as idades também são positivas; 2) uma vez que as pessoas já trabalharam, elas não retornam à condição de nunca terem trabalhado, embora possam retornar à inatividade; 3) somente após a dedução daqueles que nunca trabalharam, passa-se a incluir apenas aqueles que já trabalharam.

Os problemas com os pressupostos são, igualmente, similares entre a primeira ocupação e o primeiro casamento. Entretanto, na análise do mercado de trabalho, eles podem ser considerados menores, já que a pergunta é se nunca trabalhou, o que dificulta a um desempregado responder "sim". Ademais, esses casos foram excluídos pela própria estrutura da pesquisa, que pergunta se a pessoa nunca trabalhou apenas para aquelas que responderam que são aposentados, estudantes, ou que se dedicam

a afazeres domésticos no ano corrente. Quanto à mortalidade seletiva, esta difere entre quem trabalha e não trabalha; inclusive a probabilidade de morrer é diferente entre as ocupações (SMITH et al., 1997).

A proporção de pessoas que trabalham também se altera no tempo. É bastante provável que o problema da migração seja até superior ao da mortalidade, já que os indivíduos analisados são de região metropolitana, local em que geralmente são altas as taxas de imigração, especialmente devido à busca por emprego. Hajnal (1953) já alertava que as mudanças de curto prazo podem ser fortemente afetadas pelas mudanças na seletividade da mortalidade e da migração. Uma forma de se corrigir este problema seria analisar a razão entre os sobreviventes em uma tabela de vida de pessoas que nunca trabalharam e os sobreviventes da tabela de vida usual, o que resultaria na proporção de pessoas que nunca trabalharam, parcela que deveria ser deduzida para reduzir o efeito da mortalidade seletiva (HAJNAL, 1953).

Neste trabalho, a idade mínima foi de dez anos e a máxima de 64 anos, dado que este é o intervalo da população economicamente ativa. Embora se reconheça que, para o caso do primeiro emprego, a idade limite está bastante elevada, isso não prejudica a análise, uma vez que, para seu cálculo, escolhe-se o intervalo em que a maior parte das pessoas já realizou a transição, o que ocorre usualmente entre 25 e 35 anos (este valor é denominado $F(ult)$). Desse modo, após se somarem os valores de nGx foram acrescentados dez anos.

$F(x)$ é a proporção de pessoas que já trabalharam e é expressa da seguinte forma:

$$F_x = \frac{Játrabalharam_{x,x+n}}{Total_{x,x+n}} \quad (1)$$

$G(x)$ é a proporção daqueles que irão trabalhar alguma vez na vida, mas ainda permanecem inativos. Calculada da seguinte maneira:

$$G(x) = 1 - \frac{F(x)}{F(ult)} \quad (2)$$

Dessa forma, a idade média é dada através da seguinte fórmula:

$$SMA = \sum nG(x) \quad (3)$$

A idade média, ao final, indica quando na vida das pessoas a primeira ocupação ocorre. Espera-se encontrar uma tendência de crescimento da idade, devido ao adiamento da entrada no mercado de trabalho. Para se constatar essa tendência, também foi analisada a proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar ao final da distribuição, ou seja, o valor de F_{ult} de um ano ($S1(x)$) comparado ao período seguinte ($S2(x)$). Sendo:

$$(S2(x)) = [(S1(x))]^k \quad (4)$$

$$e \quad k = \frac{\log S_2(x)}{\log S_1(x)} \quad (5)$$

A desvantagem de se analisar através do valor de k é que se assume que a mudança foi igual em todas as idades (taxa constante), o que nem sempre é verdade. Dessa maneira, pode-se analisar a razão entre a proporção de pessoas que nunca trabalharam no intervalo de F_{ult} e a proporção em um intervalo etário mais jovem, como, por exemplo, próximo à média. O resultado é a proporção de pessoas que nunca tinham trabalhado quando jovens e que permanecem sem trabalhar até o intervalo de F_{ult} . Ambos os resultados são apresentados na seção seguinte.

Hajnal (1953) utilizou essa estratégia para estudar a mudança no padrão europeu de casamento. O autor observou que, quando há elevação na idade de se casar, existe também um aumento na proporção de pessoas que permanecem sem se casar. Espera-se a mesma relação entre o aumento da idade média do primeiro emprego e a proporção no último intervalo etário (F_{ult}). Entretanto, ressalta-se que as razões que elevam a proporção final de pessoas sem nunca terem trabalhado são bastante diferentes das motivações para o não casamento. Dificilmente uma pessoa optaria por permanecer sem trabalhar ao longo de toda sua vida da mesma maneira que poderia optar por ficar solteira. Adicionalmente, as dificuldades de se conquistar um emprego são diferentes daquelas de se casar.

Resultados

Os resultados encontrados por Kassouf (2002a), com o suplemento da PNAD 1999, indicam uma idade média de 13 anos no Brasil, considerando tanto o meio rural quanto o urbano, sem diferenciar pelo momento de entrada no mercado de trabalho. Ou seja, essa idade é uma média das pessoas entrevistadas em 1999, mas que entraram no mercado de trabalho em momentos muito diferentes. Já Hasenbalg (2003a), utilizando os dados do suplemento da PNAD 1996, calcula a idade média de chefes e cônjuges para homens e mulheres, separadamente, e diferenciando pela data de ingresso no mercado de trabalho, como mostrado a seguir (Tabela 1).

Como o próprio autor ressalta, estes valores devem ser analisados com cautela, pois a condição de cônjuges e chefes impõe um forte viés de seleção, por se tratar de um grupo que já constituiu família. Além disso, o cálculo não considera todo o conjunto de ingressantes no mercado de trabalho neste período. Entretanto, estes resultados já apontam para um aumento na idade no ingresso e para a grande diferença na transição para homens e mulheres.

Camarano et al. (2006), ao utilizarem uma metodologia de coorte hipotética e os dados de Censos Demográficos, encontraram uma idade média de 17 anos, em 1980, e 18 anos, em 2000, para os homens, e de 16 e 18 anos, respectivamente, para as mulheres.

Entretanto, salienta-se que estes trabalhos não possuem comparabilidade com os resultados deste artigo, embora em alguma medida e em alguns grupos analisados os resultados se aproximem. A não-comparabilidade dá-se tanto pela área geográfica estudada quanto pela base de dados utilizada e a metodologia empregada. O primeiro estudo utiliza um questionário suplementar com características de coleta peculiares, com representatividade nacional; o segundo analisa apenas os chefes e cônjuges no domicílio, também com dados para todo o Brasil; e o terceiro utiliza dados igualmente nacionais. No que concerne à metodologia, exceto o trabalho de Camarano et al. (2006),

TABELA 1
Idade média no ingresso no mercado de trabalho, por sexo
Brasil – 1967-1966

Período de ingresso no mercado de trabalho	Sexo	Idade
Até 1967	Homens	11,08
	Mulheres	11,44
	Total	11,21
1968-1979	Homens	12,87
	Mulheres	14,13
	Total	13,39
1980-1989	Homens	14,54
	Mulheres	16,46
	Total	15,45
1990-1996	Homens	17,84
	Mulheres	22,46
	Total	21,17
Total	Homens	12,40
	Mulheres	14,17
	Total	13,13

Fonte: Hasenbalg (2003a, p. 61).

os outros dois não têm uma perspectiva de ciclo de vida e não consideram todo o conjunto populacional, mas apenas aqueles que já ingressaram no mercado de trabalho, excluindo do cálculo da idade média os que ainda vão ingressar. Dessa forma, o presente trabalho representa uma contribuição metodológica para um cálculo mais preciso da idade média, ao mesmo tempo em que confirma uma tendência já observada.

Como verificado por estes e outros autores, a idade média da primeira ocupação tem se elevado ao longo do tempo: correspondia a 17,30 anos, em 1983, e a 19,12 anos, em 2001 (Tabela 2). Em todos os grupos houve elevação na idade, sendo que entre as mulheres esse aumento foi menor do que para os homens. Dessa maneira, observa-se uma aproximação das idades dos homens e mulheres ao ingressarem na força produtiva. Esses resultados confirmam a tendência já constatada por Hasenbalg (2003a) e Camarano et al. (2006). Como

destacado pelo próprio Hasenbalg, embora tenha ocorrido elevação na idade em que se começa a trabalhar, o que pode estar fortemente associado com a elevação da escolaridade entre a população jovem, esse aumento é considerado baixo dentro dos padrões internacionais.

Um aumento na idade média de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento na condição de inatividade que não parece ser justificado apenas pelo aumento dos estudos, já que se sabe que, no Brasil, os jovens não necessariamente entram para o mercado de trabalho após completarem os estudos. O momento de entrada é da mesma maneira importante, já que condições piores para encontrar trabalho podem desestimular os jovens, que passam a adiar sua entrada no mercado de trabalho (ROSENBAUM, et al., 1990). Esse adiamento também pode ser explicado via desemprego, já que se está tratando da primeira ocupação e não apenas da inserção na vida ativa. Vários estudos apontam para

TABELA 2
Idade média ao ingressar na primeira ocupação, segundo sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001

Sexo	Em anos	
	1983	2001
Total	17,30	19,12
Homens	16,67	18,76
Mulheres	18,11	19,63

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 1983 e 2001.

um aumento do desemprego entre as décadas de 80 e 90 (OIT, 2001; POCHMANN, 2000).

Flori (2004), utilizando os dados para as seis regiões metropolitanas da PME, durante 1983 a 2002, decompôs a taxa de desemprego dos jovens em duração ou taxa de entrada no desemprego, comparando-a com a taxa de desemprego dos adultos e idosos. A autora concluiu que o principal responsável pela magnitude da taxa de desemprego entre os adultos e idosos é a duração média do desemprego. Já para os jovens, essa diferença não se verifica, pois tanto a duração quanto a entrada no desemprego contribuem igualmente para o alto desemprego juvenil. Porém, a duração média no desemprego entre os jovens é tão alta quanto entre os adultos e idosos, mas, para os primeiros, a taxa de entrada no desemprego é maior. Dessa forma, a rotatividade não só é maior entre os jovens, como também é o principal determinante do desemprego neste grupo.

A dificuldade de se conseguir o primeiro emprego pode igualmente afetar a idade média, já que uma demora para encontrar um trabalho adia a entrada na primeira ocupação. Flori (2004, p. 9) também decompôs a taxa de desemprego entre os jovens que já trabalharam antes e os que estavam buscando o primeiro emprego.

A taxa de entrada no desemprego dos jovens que já trabalharam antes é bem maior que a dos que estão em busca do primeiro emprego. Os resultados mostram que pouco mais de 10% dos jovens que entram no desemprego, nesse período estudado, estão à procura do primeiro emprego, enquanto mais de 80% deles já tiveram empregos anteriormente.

Desse modo, esses resultados desmistificam o papel do desemprego na procura pela primeira ocupação, inclusive como influência na idade de inserção na primeira ocupação. Por outro lado, o estudo do desemprego juvenil pode ser dificultado porque muitos jovens que nunca trabalharam e estão procurando emprego podem não se autoconsiderarem desempregados, declarando-se como inativos, principalmente entre aqueles que apenas estuda-

vam. Assim, haveria uma subdeclaração desta categoria entre essa faixa etária.

Ademais, vale a pena destacar que, diferentemente, outros autores, como Ryan (2001), Tokman (2003), Pochmann (2000) e Dieese (2001), ressaltam a importância da experiência para a conquista de uma posição no mercado de trabalho, o que dificulta a primeira inserção dos jovens no mercado de trabalho, resultando em seu adiamento na entrada no mercado de trabalho.

As diferenças entre homens e mulheres diminuíram entre 1983 e 2001, passando de 1,44 ano, para apenas 0,87 ano. A transição para a vida adulta e, inclusive, para a entrada no mercado de trabalho é bastante diferente entre homens e mulheres. Camarano et al. (2004), analisando os dados das PNADs 1982 e 2002, concluem que o processo de transição das mulheres diverge do observado entre os homens. Tanto em 1982 quanto em 2002, verificou-se que esta ocorre cerca de três anos mais cedo para as mulheres, o que está fortemente associado a casamentos e uniões de mulheres com homens mais velhos. Por outro lado, entre 1982 e 2002,

novas formas de transição parecem estar ocorrendo entre as mulheres jovens, com possíveis influências no postergamento da saída da casa dos pais. Em 1982, a saída de casa dava-se, principalmente, pelo casamento, ou seja, por estar assumindo o papel de cônjuge. Novos papéis foram criados nos 20 anos analisados. Cresceu o número de mulheres jovens que saem de casa na condição de chefes e de homens na condição de cônjuges (CAMARANO et al., 2004, p. 16).

Além disso, outra mudança com relação à transição para a vida adulta refere-se à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, embora elas estejam adiando sua entrada e obtendo maior escolarização. Entre os homens, além do adiamento na inserção no mercado de trabalho, também parece que eles estão adiando o casamento e a formação de um novo domicílio (CAMARANO et al., 2006, 2006a).

Vale destacar que a diferença encontrada entre a idade de inserção no mercado de trabalho para homens e mulheres e sua

diminuição ao longo do tempo acompanham as mudanças ocorridas neste período no mercado de trabalho em geral. Entre a década de 80 e o início do século XXI, ocorreram várias mudanças no padrão de emprego, motivadas principalmente pelas inovações tecnológicas. Durante esse período, houve aumento do desemprego juvenil, menores taxas de participação e ocupação masculinas e aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Continuando a análise do adiamento na entrada no mercado de trabalho, a Tabela 3 apresenta o cálculo do índice k , em que se observa, em todos os anos e grupos estudados, uma elevação no grupo final que permanece na categoria que nunca trabalhou. Esse percentual varia de 8%, entre as mulheres, a 24%, para os homens, no período 1983-2001.

A Tabela 4 apresenta a proporção dos indivíduos que permanecem sem trabalhar, através da comparação de $S_1(x)$ e $S_2(x)$. Da mesma maneira que na análise anterior, observa-se que a maior diferença foi entre os homens.

A diferença entre os períodos pode sofrer alteração pelo rápido declínio no período intermediário. Além disso, vale ressaltar que essas mudanças podem ser em certa medida afetadas pela migração e mortalidade (HAJNAL, 1953). Destaca-se que, no contingente analisado neste estudo, esses problemas podem ser bastante influentes,

visto que se trata de regiões metropolitanas, onde tanto a mortalidade por causas externas, especialmente entre os jovens, quanto a migração são expressivas.

No caso da mortalidade, Santos et al. (2001) destacam que vítimas de homicídios concentram-se na periferia da área mais urbanizada. Em Recife, Barros et al. (2001) observaram que, entre 1979 e 1995, os coeficientes de mortalidade por causas externas mostraram crescimento, sobretudo de homicídios entre os adolescentes, em que se observaram um aumento anual médio de 3,05 por 100 mil jovens e um acréscimo relativo de 601,3% ao longo da série. Em 1995, mais de 90% desses homicídios foram causados por armas de fogo.

Guimarães et al. (1995) verificaram, para o período 1980-1991, um crescimento expressivo das mortes de adolescentes por causas externas em Recife. Em 1980, foram registrados 9,8 homicídios por 100 mil habitantes de 10 a 19 anos, aumentando para 39,5 mortes, em 1991. Em Salvador, Freitas et al. (2000) estimaram um acréscimo de 34,6% no número de mortes violentas, entre 1988 e 1994. As maiores taxas de mortalidade ocorreram entre o sexo masculino nas faixas etárias de 20 a 29 anos (que passaram de 192,0 para 262,0 mortes por 100 mil habitantes deste grupo de idade, no período) e de 65 anos ou mais (que aumentaram de 188,7 para 258,1 óbitos por 100 mil).

TABELA 3
Cálculo do índice k para análise da proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar, segundo sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001

Sexo	1983		2001		Cálculo do K 1983/2001
	Idade	%	Idade	%	
Total	25	12,15	30	17,34	1,14
Homens	25	8,22	30	13,53	1,24
Mulheres	25	17,39	30	21,99	1,08

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME 1983 e 2001.

TABELA 4
Análise da proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar
através da comparação entre S_1 e S_2 , segundo sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001

Grupo	% nunca trabalharam 15-19		$S_1^{(1)}$		Cálculo do índice		S_2	S_1/S_2
	1983	2001	1983	2001	1983	2001		
Total	52,7	73,4	12,15	17,34	0,23	0,24	16,92	1,025
Homens	43,68	68,77	8,22	13,53	0,19	0,20	12,94	1,045
Mulheres	62,83	78,51	17,39	21,99	0,28	0,28	21,73	1,012

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 1983 e 2001.

(1) Nunca trabalharam em $F_{(ult)}$.

Não somente a morte por causas externas (ou violentas) chama a atenção na mortalidade entre a faixa etária de 15 a 24 anos. Vermelho e Jorge (1996), ao estudarem a mortalidade de jovens (15 a 24 anos) das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1930 a 1991, observaram que doenças cardiovasculares, respiratórias e, mais tarde, a Aids, também se destacaram, embora seja evidente que, após 1960, as causas violentas passaram a ocupar a primeira posição, principalmente os acidentes de trânsito e homicídios.

A migração nas regiões metropolitanas, apesar de ter sido expressiva no passado, já que estas regiões eram receptoras de um grande contingente de pessoas, atualmente não é tão significativa e o crescimento populacional nestas áreas tem diminuído ao longo do tempo.

No período 1970/80 já se podia evidenciar um arrefecimento no ritmo de crescimento da população residente nessas áreas: a taxa média de crescimento populacional metropolitano passou de 4,7% a.a., em 1960-70, para 3,8%, em 1970-80. Mesmo assim, o volume migratório que havia se dirigido para essas metrópoles justificava apontar um padrão crescente de concentração populacional. Nos anos 80, no entanto, a taxa de crescimento da população metropolitana nacional apresentou um decréscimo considerável, registrando 1,99% a.a., baixando para 1,5% a.a. entre 1991-96 (BAENINGER, 1998:15).

O adiamento da entrada no mercado de trabalho também pode ser analisado através de outra técnica demográfica: tabelas de sobrevivência. Diferentemente da primeira, observam-se a transição entre os jovens que nunca trabalharam no período 1 e sua corrente atividade no período 2, sendo que o adiamento é analisado através da comparação das esperanças de vida de um período e de outro, que significa o tempo médio na inatividade em uma determinada idade. Este é o tema das próximas seções.

O adiamento via tabela de sobrevivência

A construção da tabela de sobrevivência

As tabelas de sobrevivência foram construídas para os jovens filhos entre 15 e 24 anos. A escolha do intervalo etário a ser estudado é bastante importante devido ao viés de seletividade. O intervalo adotado tem três principais justificativas: 1) a partir de determinada idade os jovens deixam de ser maioria de filhos e passam a formar um novo domicílio; 2) sabe-se que grande parte dos jovens sai de casa até os 22 anos, principalmente entre as mulheres (TOMÁS, 2007). Entretanto, um intervalo mais curto prejudicaria a análise, já que um dos objetivos deste estudo é captar o adiamento do ingresso no mercado de trabalho – além disso, como houve um adiamento na saída do domicílio, o problema é minimizado –; 3) optou-se por trabalhar com um intervalo quinquenal, a fim de simplificar a operacionalização metodológica e possibilitar comparações com outros trabalhos.²

A tabela de sobrevivência, adotada neste trabalho, corresponde a uma tabela de coorte hipotética e não real, em que o ponto de partida corresponde às taxas de transição de um período – é também conhecida como tabela de sobrevivência de período. Assume-se, portanto, que a população é estacionária, isto é, apresenta taxas de transição constantes e é fechada.³ Dessa maneira, a tabela de sobrevivência apenas informa o que deveria ocorrer a uma coorte hipotética sob um conjunto de condições de transição para o primeiro emprego. Nessas condições, a taxa de transição de período é igual à de coorte. Desse modo, assume-se, igualmente, que na tabela de sobrevivência a transição para a atividade de período é igual à de coorte:

$${}_n m_x = {}_n M_x \quad (6)$$

Em seguida, calcularam-se os valores de l_x , ou seja, o número de pessoas que

² Destaca-se que qualquer intervalo etário é arbitrário e acaba por ser definido de acordo com o objeto da pesquisa, bem como pela metodologia empregada.

³ Da mesma forma que no método anterior, ressalta-se que a questão da migração é bastante complicada ao se analisarem as regiões metropolitanas.

atingem a idade exata x a cada ano sem realizar a transição para a população economicamente ativa. Sendo l_0 a raiz da tabela, o valor utilizado é 100.000; esse valor é arbitrário e independente do tamanho da população em estudo. Os próximos valores de l_x serão iguais a:

$$l_{x+n} = l_x \cdot {}_n d_x \quad (7)$$

Onde ${}_n d_x$ significa a quantidade de jovens que deixam a inatividade:

$${}_n d_x = {}_n q_x \cdot l_x \quad (8)$$

O valor de anos-pessoas que não realizaram a transição (número de pessoas com a idade exata entre x e $x+n$ ainda na inatividade) é dado por:

$${}_n L_x = \frac{n}{2} \times l_{x+n} + \frac{n}{2} \times l_x \quad (9)$$

O cálculo do último intervalo (L_w) corresponde a:

$$L_{w+} = l_w \times \ln(l_w) \quad (10)$$

A população acumulada de jovens inativos a partir da idade x , isto é, o número de pessoas com x anos ou mais que são inativos foi calculado da seguinte forma:

$$T_x = \sum_{a=x}^{\infty} {}_n L_a \quad (11)$$

Tendo calculado os valores de T_x , calculou-se o valor da esperança de vida para cada grupo etário, conforme a seguinte fórmula:

$$e_x^0 = \frac{T_x}{l_x} \quad (12)$$

A esperança de vida, neste trabalho, é compreendida como o número médio de anos que um jovem, que esteve inativo até os 15 anos de idade, espera permanecer na inatividade até transitar para a atividade.

Taxas específicas de transição

Inicialmente, optou-se por analisar as curvas de transição, ou seja, a taxa específica da saída do estado de inatividade para a atividade até os 29 anos. A importância destas taxas é que elas são a base da tabela de sobrevivência. O objetivo é apenas descrever o comportamento etário da transição, portanto, o intervalo mais extenso não prejudica a análise, pelo contrário, auxilia a apontar mudanças ao longo do

tempo. Ademais, essa análise também subsidiou a escolha do intervalo etário de 15 a 24 anos para a construção das tabelas de sobrevivência, já que, a partir dessa idade, há uma queda acentuada na taxa de transição, assim como na quantidade de jovens na condição de filhos, como mencionado anteriormente.

O formato das curvas é bastante similar nos dois períodos analisados, destacando-se que, no grupo de 15 a 19 anos, há maior possibilidade de não realizar a transição do que realizá-la e essa tendência segue até os 22 anos em 1983 e 2001. Após este período, as taxas de transição caem e tendem a se tornar menores do que a da não transição. Embora entre 15 e 19 anos a maior tendência seja de permanecer na inatividade, é nessa faixa etária que ocorrem as maiores taxas de entrada no mercado de trabalho pela primeira vez, que tendem a diminuir após este grupo etário.

Apesar de o padrão das curvas ser semelhante entre os dois anos analisados, o nível se difere entre eles e é possível observar uma menor taxa de transição entre os jovens de 15 a 19 anos em 2001. No período anterior, as taxas entre 15 e 19 anos eram bastante similares em todo o intervalo.

Na década de 80, as taxas de transição eram elevadas até os 19 anos e depois tendiam a cair. Em 2001, por sua vez, a curva apresentou uma queda até os 17 anos, com um pico aos 18 anos, seguido de uma tendência de queda.

Todas essas mudanças parecem corroborar a hipótese do adiamento da entrada na vida produtiva pelos jovens, o que parece estar fortemente associado ao aumento da escolarização ao longo do tempo, principalmente para os jovens de até 17 anos. Hasenbalg (2003a) constata um aumento no número de jovens que freqüentam a escola entre 15 e 19 anos e uma diminuição deste grupo na PEA, durante as décadas de 80 e 90, o que demonstra uma melhoria na capacidade de retenção dos estudantes no sistema escolar. Além disso, o autor destaca que a expansão educacional ocorrida entre 1981 e 1990 apresentou impacto menor na diminuição da PEA juvenil do que aquela

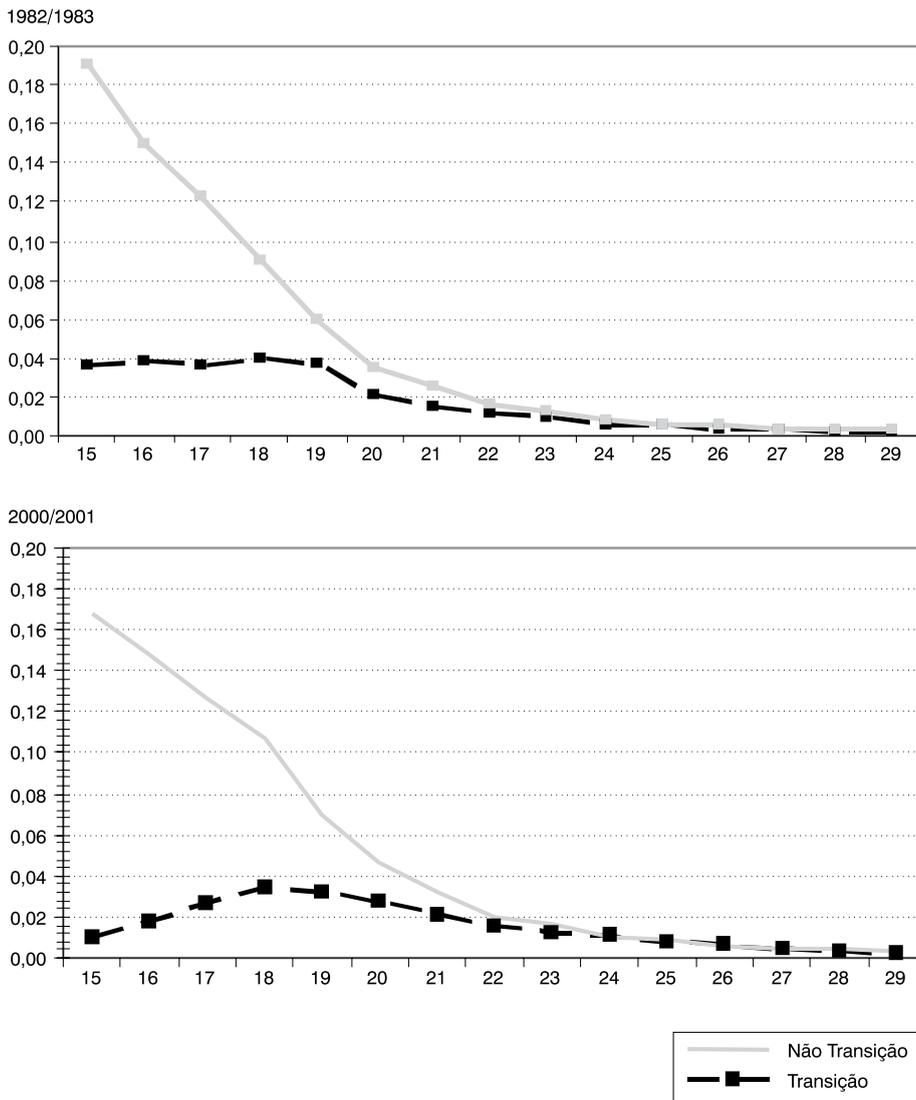
verificada na década de 90, o que também é visível com os dados do Gráfico 1.

Ao se analisarem as taxas específicas por sexo há três pontos importantes para se discutir: de maneira geral, os homens apresentam taxas de transição superiores às das mulheres; houve queda nas taxas de transição masculina e elevação na feminina;

e, conseqüentemente, os padrões feminino e masculino se aproximam.

Nas últimas décadas e principalmente no período analisado, de 1983 a 2001, houve grande aumento da participação feminina na PEA. Leme e Wajnman (2003) apontam para um crescimento de 16,5 p.p., entre 1977 e 1997. Além disso, observa-se

GRÁFICO 1
Taxas específicas de transição para o mercado de trabalho, por idade
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001



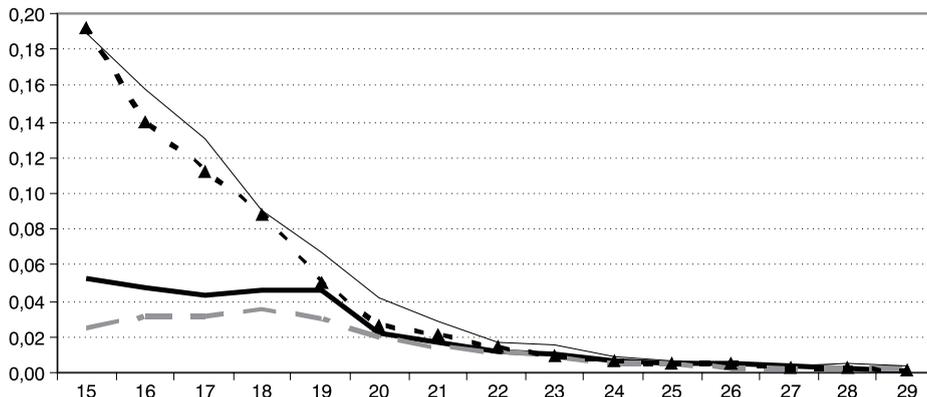
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

um deslocamento do pico de atividade para as idades mais maduras, movimento que é igualmente observado no Gráfico 2, já

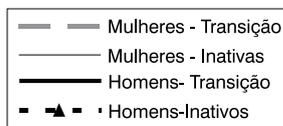
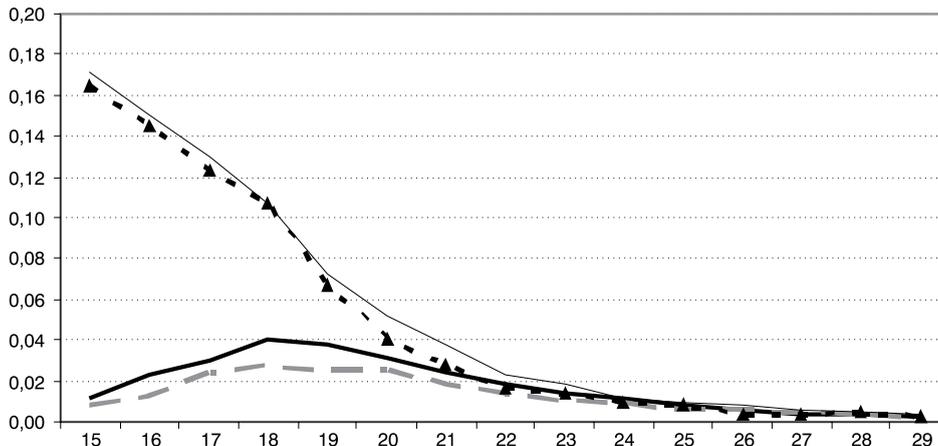
que, em 1983, as taxas de transição entre as mulheres eram superiores às dos homens a partir de 20 anos, com uma menor

GRÁFICO 2
Taxas específicas de transição para o mercado de trabalho, por idade e sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001

1982/1983



2000/2001



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

diferença em 2001. Ademais, há redução da transição nas idades mais jovens, tanto para mulheres como para homens. Em 2001, ocorreu forte diminuição da transição para o mercado de trabalho entre as idades de 15 e 19 anos.

Por outro lado, a participação masculina na PEA caiu nos anos 90, como salientado por Wajzman et al. (1998), sendo bastante visível, no Gráfico 2, a queda nas taxas de transição entre 2000 e 2001. Dessa forma, com o aumento da participação feminina na PEA, o padrão etário de inserção no mercado de trabalho tem se aproximado entre ambos os sexos, em 2001, ficando mais similar a partir dos 20 anos, já que os homens de 15 a 19 anos mantiveram suas taxas de transição superiores, em 2001.

Indicadores sintéticos da tabela de vida

A análise dos indicadores da tabela de sobrevivência possibilita, mais uma vez, verificar o adiamento da entrada no mercado de trabalho, perceber as diferenças na inserção na vida produtiva entre homens e mulheres e, ainda, observar as mudanças ocorridas no padrão etário na inserção na atividade dentro destes grupos.

Dois são os indicadores analisados nesta seção: a esperança de vida e o número de pessoas/ano que permanecem na inatividade, por idade. A esperança de vida corresponde ao número médio de anos que se espera passar na inatividade, considerando-se que o indivíduo tenha ficado inativo até os 15 anos. A vantagem deste indicador é não ser influenciado pela estrutura etária, podendo, portanto, ser comparado entre diferentes grupos. O valor

de l_x indica o contingente de jovens, por idade, que permanecem inativos e a análise do nível das curvas mostra uma entrada anterior ou postergada entre os grupos e períodos analisados.

A Tabela 5 apresenta os valores das expectativas de vida que apontam para o adiamento da entrada no mercado de trabalho, ao longo das décadas analisadas, para ambos os sexos. Mais uma vez, nota-se que a maior variação ocorreu entre os homens, com uma queda de quase 38%. Já o decréscimo entre as mulheres foi de 23,1%. Essa alta redução entre os homens corrobora o argumento de uma possível aproximação do padrão de transição entre homens e mulheres.

O Gráficos 3 apresenta as curvas de sobrevivência (l_x), ou seja, quantos jovens permanecem inativos, para os dois períodos considerados. Fica evidente a diferença entre os grupos escolhidos para análise e as mudanças no padrão de inserção ao longo do tempo.

As diferenças entre os grupos selecionados tendem a se manter ao longo do tempo, já que os homens entram mais cedo no mercado de trabalho do que as mulheres.

Quanto à alteração no padrão etário de inserção, destaca-se o formato das curvas até a idade de 17 anos. Em 2001, há um deslocamento para a direita nessa idade, indicando que menos pessoas estão realizando a transição, já que há mais pessoas sendo consideradas inativas (valor de l_x)

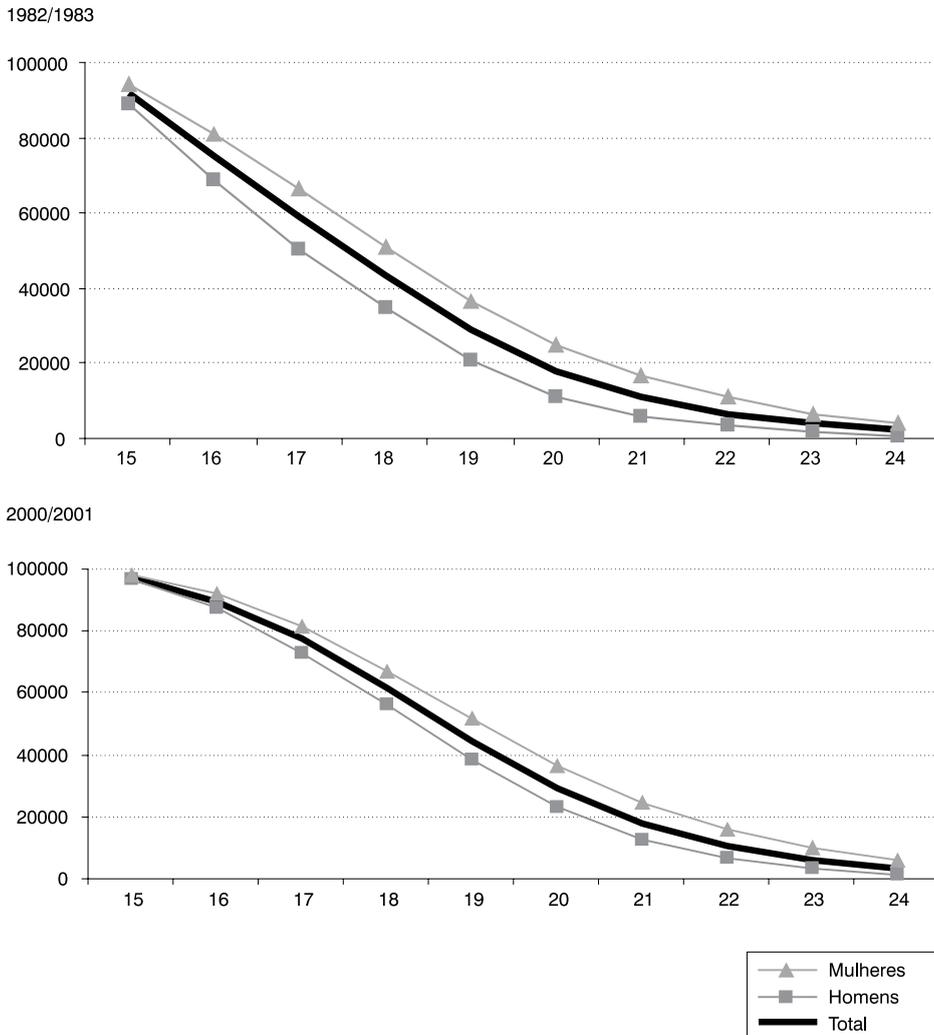
Ressalta-se, por fim, que os resultados desta seção são bastante consistentes com os da análise por meio do *singulate mean age*.

TABELA 5
Tempo médio na inatividade dos jovens de 15 a 24 anos, considerando-se que estiveram inativos até os 15 anos, por sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1983-2001

Sexo	1983 (em anos)	2001 (em anos)	Varição (%) 1983/2001
Total	3,4	4,4	29,4
Homens	2,9	4,0	37,9
Mulheres	3,9	4,8	23,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 3
Valores de I_x para os jovens de 15 a 24 anos, por sexo
Regiões metropolitanas brasileiras – 1982-2001



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

Comentários finais

Pretendeu-se analisar o adiamento da entrada no mercado de trabalho entre os jovens, através de duas técnicas demográficas: *singulate mean age* e tabelas de sobrevivência. Duas foram as principais contribuições deste trabalho: a aplicação de técnicas de fecundidade e mortalidade para o estudo do mercado de trabalho; e a

exploração de dois recursos da Pesquisa Mensal de Emprego. Ademais, os resultados encontrados são importantes para a formulação de políticas públicas para a juventude, bem como para o debate acadêmico sobre transição para vida adulta.

Diante dos resultados, é possível constatar o adiamento da inserção no mercado de trabalho, entre 1983 e 2001, para o total de jovens e também para homens e mu-

heres separadamente, tanto pelo aumento da idade da primeira ocupação, quanto pelo contingente de pessoas que permanecem inativas. A maior elevação na idade foi observada entre os homens.

Um aumento na idade média de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento da condição de inatividade que não parece ser justificado apenas pelo prolongamento dos estudos, já que se sabe que muitos jovens combinam ambas as atividades. Mas pode ser explicado conjuntamente com as dificuldades decorrentes do mercado de trabalho e as mudanças culturais na transição para a vida adulta. Além disso, esses resultados corroboram aqueles encontrados em estudos sobre mercado de trabalho e gênero, em que se observam crescimento da participação feminina e redução da participação e ocupação masculina.

Também verificou-se, através dos indicadores das tabelas de sobrevivência, que

as diferenças entre os grupos selecionados tendem a se manter ao longo do tempo, já que os homens entram mais cedo no mercado de trabalho do que as mulheres. Este padrão é histórico e reflete, como mencionado ao longo do artigo, uma divisão sexual do trabalho, decorrente principalmente do diferente processo que antecipa a transição para a vida adulta no núcleo familiar.

Outra mudança que parece estar ocorrendo é a alteração no padrão etário de inserção, já que houve uma diminuição significativa do contingente de jovens até os 17 anos que realizaram a transição para o mercado de trabalho, o que pode ser explicado pelo prolongamento do tempo dos jovens na escola.

Destaca-se, por fim, que várias perguntas podem ser levantadas, o que evidencia a necessidade de novos trabalhos sobre a entrada dos jovens no mercado de trabalho, deixando uma agenda de pesquisa aberta para os pesquisadores da área.

Referências bibliográficas

BARROS, M. D. de; XIMENES, R.; LIMA, M. L. C. de. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.142-149, abr. 2001.

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XXI. **Anais...** Caxambu, MG, Abep, 1998.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 1-29 (Texto para discussão, 1.038).

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006. Cap. 2, p. 31-60.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças

por período e coorte. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006a. Cap. 4, p. 95-136.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

FLORI, P. M. Desemprego juvenil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN, 1, Caxambu. **Anais...** Campinas: Abep, 2004 (Disponível em CD-ROM).

FREITAS, E. D. de; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da; COSTA, M. C. N. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1.059-1.070, out./dez. 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED/RMBH**. Ano 9, nº 06, junho 2003.

GUIMARÃES, M. J. B.; LESSA, F.; REGAZZI, A. P.; AQUINO, T.; MELO, N. Violência urbana

em Recife: ascensão da mortalidade por causas externas 1980-1991. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE, 1. Curitiba, PR. **Resumos**. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p. 53.

GUIMARÃES, N. A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006. Cap. 6, p. 171-198.

HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. **Population studies**, v. 7, n. 2, p.111-136, Nov. 1953.

_____. European marriage patterns in perspective. In: GLASS, D. V.; EVERSLEY, D. E. (Eds.). **Population in history: essays in historical demography**. Chicago, Illinois: Aldine Company, 1965, p. 101-143.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 147-172.

KASSOUF, A. L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens: controlando o background familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. Ouro Preto, MG. **Violências, o estado e a qualidade de vida da população brasileira**. Belo Horizonte: Abep, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST18_Kassouf_texto.pdf>.

MONTALI, L. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XI. **Anais...** Abep, 1998, p. 2.656-2.606.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Transition to work. In: LLOYD, C. B. (Ed.). **Growing up global: the changing transitions to adulthood in developing countries, panel on transitions to adulthood in developing countries**. Washington, D.C.: National Academic, 2005, p. 263-345.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil:**

em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. Brasília: OIT, 2001.

POCHMANN, M. A **batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

ROSENBAUM, J. E.; KARIYA, T.; SETTERSTEN, R.; MAIER, T. Market and network theories of the transition from high school to work: their application to industrialized societies. **Annual Review of Sociology**, v. 16, p. 263-299, 1990.

RYAN, P. The school-to-work transition: a cross-national perspective. **Journal of Economic Literature**, Nashville: AEA, v. XXXIX, n.1, p.34-92, 2001.

SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C.; CARVALHO, M. S.; FLÓRES, R. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1.141-1.151, 2001.

SMITH, D. G.; HART, C.; BLANE, D. GILLIS, C.; HAWTHORNE, V. Lifetime socioeconomic position and mortality: prospective observational study. **British Medical Journal**, London, v. 314, n. 7.080, p. 547-552, 1997. Disponível em: <<http://bmj.bmjournals.com/cgi/content/full/314/7080/547?eaf>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

TOKMAN, V. **Desempleo juvenil en el cono sur**: causas, consecuencias y políticas. Santiago: Fundación Friedrich Ebert, 2003.

TOMÁS, M. C. Renda de não trabalho e alocação do tempo de crianças e jovens: uma análise para 2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu, MG. **Desafios e oportunidades do crescimento zero**. Campinas: Abep, 2006.

_____. **O ingresso dos jovens no mercado de trabalho**: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas

décadas. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VERMELHO, L. L.; JORGE, M. H. P. de M. Mortalidade de jovens: período 1930-1991:

a transição epidemiológica para a violência. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 319-331, 1996

WACHTER, K. W. **Essential demographic methods**. Berkeley, CA: University of Berkeley, Department of Demography, 2006.

Resumen

Aplazamiento del ingreso al mercado laboral bajo el enfoque demográfico: Un análisis de las regiones metropolitanas brasileñas

El trabajo analiza el aplazamiento del ingreso al mercado laboral entre jóvenes, a través de dos técnicas demográficas: El método singulate mean age; y tablas de sobrevivencia. La base de datos utilizada fue la Encuesta Mensual de Empleo (PME), considerándose las seis regiones metropolitanas estudiadas (San Pablo, Belo Horizonte, Salvador, Río de Janeiro, Porto Alegre y Recife) conjuntamente. Los períodos analizados fueron 1983 y 2001. Al final, se constató un aplazamiento mayor entre los hombres, lo que los aproxima al padrón de transición femenino, aunque éstos continúen entrando más temprano al mercado laboral. Además, está ocurriendo una modificación en el padrón etario de inserción, ya que hubo una disminución en el contingente de jóvenes entrando al mercado laboral hasta los 17 años.

Palabras-clave: Juventud. Mercado laboral. Primer empleo.

Abstract

Demographic Perspectives on Delayed Labor Market Entry in Metropolitan Areas in Brazil

The article analyzes late entry into the labor market among Brazilian youth, using two demographic techniques: the singulate mean age, and survival tables. The data basis used is the Monthly Employment Survey (PME) carried out and published by the Brazilian Census Office (IBGE). The analysis considers six metropolitan areas (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre and Recife) in 1983 and 2001. The findings show that men enter the labor market later than women, even though they begin their professional life before women. There is also evidence of changes in the age pattern of transition, as there was a fall in the number of people under age 17 entering in the labor market.

Keywords: Youth. Labor market. First job.

Recebido para publicação em 27/06/2007.
Aceito para publicação em 25/04/2008.